

A crítica
28/2/98 A-5

Amazonino denuncia descaso com a malária

O governador do Amazonas enviou fax ao presidente FHC pedindo providências "urgentes e enérgicas". Ele teme uma epidemia da doença

Ronaldo Assis - 19/fev/98

O governador Amazonino Mendes pediu ontem, em fax enviado ao presidente Fernando Henrique Cardoso, providências 'urgentes e enérgicas' para evitar o aumento do número de casos de malária no Amazonas.

No fax, o governador diz que o governo federal está agindo com descaso, omissão e irresponsabilidade no combate à doença, o que, segundo ele, tem sido a tônica do Ministério da Saúde e Fundação Nacional de Saúde (FNS). A solicitação ocorreu em função do crescimento desordenado da doença, que é endêmica na região.

O governador afirma que, apesar de o estado vir trabalhando contra a malária, não se preocupou com a formação de quadros especializados, o que seria responsabilidade 'inequívoca' da FNS.

"Temos um quadro assustador, cuja evolução, em escala geométrica, nos coloca à mercê da doença", afirma o governador. Ele diz ainda que de 52,6

mil casos em 1995 a malária alcançou 93,1 mil no ano passado, "com perspectivas de dobrar essa cifra em 1998".

Amazonino informa ao presidente que o serviço de diagnóstico e tratamento da doença em Manaus vem sendo reforçado e cita também a importação, de Cuba, de um biolarvicida desenvolvido para combater o vetor da doença. "O esforço desenvolvido pelo estado não tem a dimensão necessária diante do gigantismo do problema", diz o governador.

Amazonino alerta ainda para os prejuízos que uma epidemia de malária pode trazer à economia do estado. "É uma doença que interfere diretamente na rotina dos cidadãos, impedindo o desempenho de qualquer atividade", disse o governador.

A ocorrência da doença no Amazonas coloca o estado na lista negra do Turismo, na opinião do governador. "É uma nódoa em seu governo", disse ao presidente da República.

Casos cresceram 32,9% em 1997

Houve um aumento de 32,9% nos casos de malária de 1996 para 1997 e o Ministério da Saúde repassou no ano passado 45,8% de recursos a menos que em 1996 para a prevenção da doença.

Em 1996 a Fundação Nacional de Saúde (FNS) recebeu cerca de 12 milhões para o combate à malária, valor que caiu para 5,5 milhões em 1997. Em 1996 já havia um aumento de 24,2% de casos de malária em relação a 1995. Esse descompasso no investimento em saúde é um dos motivos apontados pelo coordenador regional da FNS, Horácio Augusto de Almeida, para o descontrole do aumento de casos da doença no Amazonas.

Horácio será o primeiro a ser ouvido no inquérito civil público instaurado ontem pela Procuradoria da República no Amazonas e pelo Ministério Público estadual sobre a responsabilidade da União e do estado no aumento de casos de malária.

O coordenador da FNS disse que enquanto aumentam a população, as invasões de terra e os assentamentos de colonos, há diminuição dos investimentos no combate à doença, no número de funcionários da FNS e também no número de parceiros que deveriam atuar junto com a FNS na prevenção de casos.

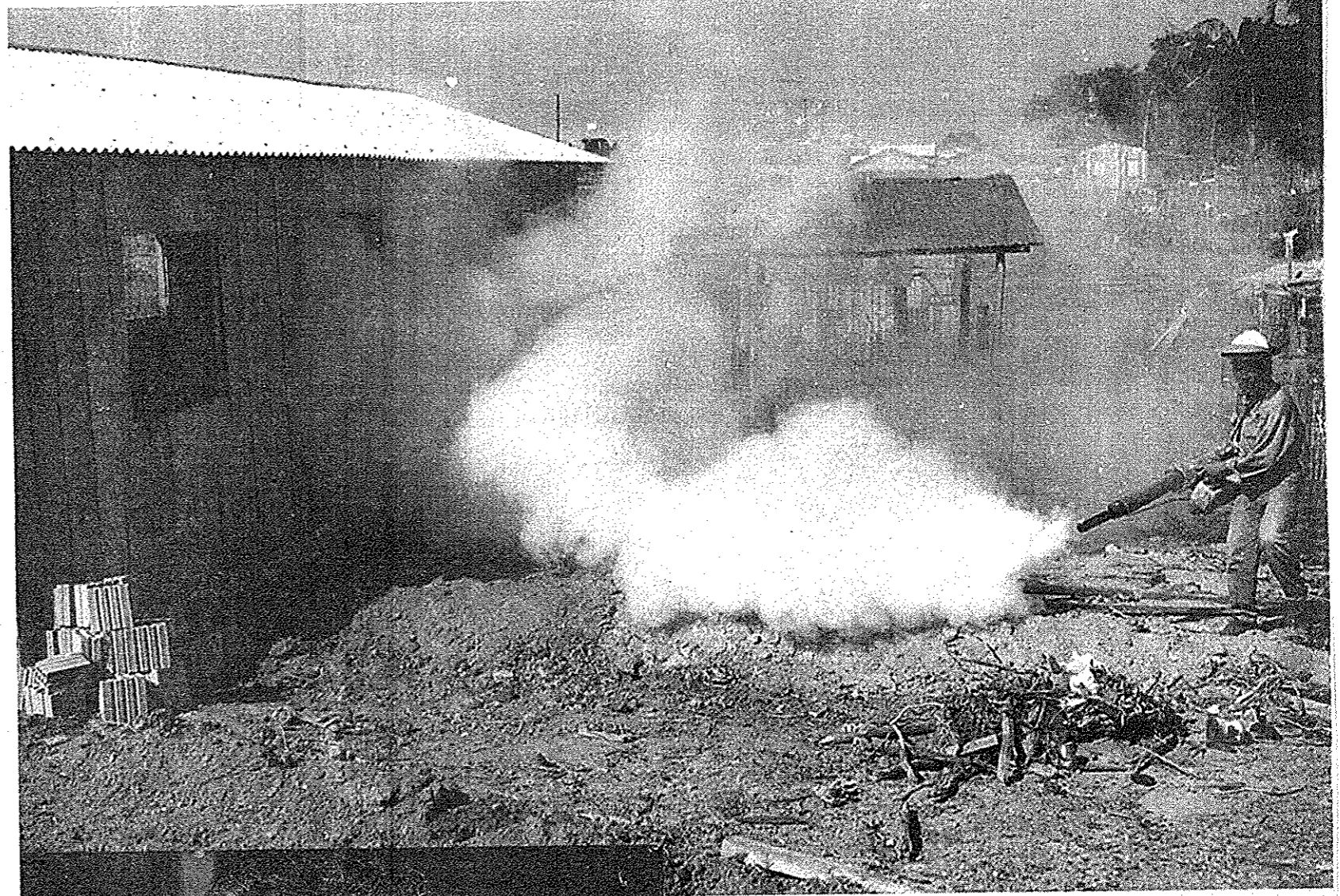
Ano passado nenhuma prefeitura do Amazonas, nem a de Manaus, fez o convênio com a FNS, para contribuir nas ações de prevenção da doença. Segundo Horácio, cada prefeitura deveria dar a contrapartida de 10% no orçamento das ações da

FNS em cada município mas não fizeram os convênios. "Estamos tentando firmar os convênios de 97 agora em 98", disse.

Só em janeiro deste ano já foram registrados 7.200 casos no estado, contra 5.895 no mesmo período do ano passado e contra 4.128 casos em janeiro de 96. O recuo da doença no Amazonas só aconteceu do ano de 1994 para 1995, respectivamente de 68 mil para 57 mil casos da doença. Em 1996 voltou a crescer, totalizando 70.712 casos no ano e durante o ano passado foram 93.924 casos no estado.

O coordenador da FNS diz que o município de Coari (a 363 quilômetros de Manaus) é um exemplo de que não é difícil combater o avanço da malária quando existe investimento, esforço e parceira para trabalhar de verdade. Segundo ele, em Coari foram registrados 650 casos em janeiro de 97 e em janeiro de 98 houve apenas 20 casos confirmados de malária. Foi o único município do estado em que aconteceu isso. Lá, a FNS trabalha em parceria com a Petrobrás e a prefeitura.

A situação é inversa nos outros municípios. De acordo com o diretor do Instituto de Medicina Tropical do Amazonas (IMT-AM), Wilson Alecrim, para malária é considerado um nível epidêmico elevado quando o índice parasitário anual ultrapassa 30 casos entre mil habitantes. Esta situação acontece em 35 dos 62 municípios do Amazonas, segundo Alecrim.



É feito borrifo diário nas comunidades de Rio Preto da Eva



Amazonino: "Temos um quadro que evolui em escala geométrica"

FNS denuncia infra-estrutura

A Fundação Nacional de Saúde (FNS) revela que não tem estrutura para combater a malária no estado.

Em Manaus, conta apenas com 60 técnicos para o trabalho de campo, quando precisaria de pelo menos 200 numa cidade de cerca de 1,3 milhão de habitantes em uma região endêmica.

Os poucos carros que a fundação dispõe para deslocar as equipes para os locais mais críticos doença, geralmente na periferia e zona rural, são velhas e passam mais tempo na oficina do que em trabalho, afirma o próprio coordenador regional da FNS, Horácio Almeida.

Para ele, o inquérito é válido e a FNS vai colaborar com o que puder.

"Acho bom que os órgãos do Ministério Público investiguem e estou disposto a dar as informações que forem necessárias", afirmou o coordenador da FNS.

O procurador da república, Osório Barbosa, e o promotor de justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão, Edilson Martins, disseram que o inquérito poderá resultar em uma ação que obrigue o poder público, seja a União, o estado ou o município, a cumprir seu dever de garantir saúde ao cidadão, sob pena de pagar multas.